

GESTÃO

In foco

A informação que faz diferença.

A REFORMA TRIBUTÁRIA O QUE MUDA NA VIDA DE PESSOAS E EMPRESAS

Planejamento Financeiro:

Necessário na era
da economia e do
trabalho digital



Desafio para PCDs nas empresas:

Superando barreiras
e promovendo a
inclusão

Uma

Vinte empresas associadas, cada uma em um segmento distinto de mercado, proporcionando um amplo portfólio de serviços indispensáveis para sua gestão empresarial.



Alliance

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL

Associação vinte soluções!

 Audcorp

Auditoria e Perícia

 Avante

Reestruturação de empresas
Governança Corporativa

 Bicudo & Sborgia

Gestão de crise e
Reestruturação empresarial

 Bicudo & Sborgia

Propriedade intelectual
Marcas e patentes

 Boaventura Ribeiro

Advocacia Trabalhista e Cível

 Camillo Seguros

Corretora de seguros
e Benefícios

 Confirp

Contabilidade

 Gestiona

Gestão de Inovação

 GFAW

Facilities

 L'AQUILA INVEST

Assessoria de Investimentos

 Link 3

Marketing Digital

 LOARA

Soluções em
Crédito para empresas

 MACHADO NUNES

Advocacia Tributária

 MERCOLINE

Assessoria e Consultoria legal
em Meio Ambiente

 MOEMA

Segurança Ocupacional e
Medicina do trabalho

 GRUPO MORAIS

Assessoria em Cobranças
Administrativas e Jurídicas

 moove

Consultoria e
Soluções para ERPs

 PONTOINICIAL

Assessoria de Imprensa
e Comunicação

 share capital

Assessoria Estratégica
em Processo de M&A

 witec

Soluções em tecnologia
e Telecon



UM ANO NOVO CHEIO DE INCERTEZAS: QUE CAMINHO TOMAR?

Prezado(a) leitor(a),

Esta edição traz um debate crucial sobre as perspectivas para 2024, um ano que certamente será um divisor de águas para as empresas brasileiras. Após longas expectativas, a Reforma Tributária finalmente saiu do papel. Assim, é fundamental que gestores e empresários já se preparem para uma nova realidade, lembrando que a reforma era necessária e promete simplificar o complexo modelo que vivemos atualmente. Ainda persistem dúvidas sobre o tema, mas a expectativa é pela melhora no ambiente de negócios. Portanto, as decisões tomadas neste ano serão de primordial importância.

Além disso, observamos diversas outras mudanças que impactarão no dia a dia e na carga tributária dos empresários. Isso reflete os esforços do governo para equilibrar as contas de uma máquina estatal que, cada vez mais, se torna dispendiosa.

Contudo, o escopo desta edição não se limita a esses tópicos. Abordamos também uma variedade de temas que terão relevância significativa para o próximo ano. Por esse motivo, recomendamos uma leitura atenta, pois o conteúdo está verdadeiramente imperdível.

Atenciosamente,

Richard Domingos / Editor-Chefe da Revista Gestão in Foco



Conselho Editorial:

Paulo Ucelli
Giovanna Santos
Richard Domingos
Rogério Sudré
Júlio Rodrigues
Welinton Mota
Priscilla Rodrigues
Brenda Rodrigues
Glaucia Barbosa
Natalia Santos
Elaine Aragão
Patrícia Ramos
Cristiane Moutinho
Karoline Gama
Amanda Oliveira
Vitor Cavalcanti
Patrícia Araujo
Sheila Rosencler

Grupo Alliance:

Avante Assessoria Empresarial – Benito Pedro
Audcorp Auditoria – José Augusto
Barroso Advogados – Denis Barroso
Bicudo & Sborgia – Rosa Sborgia
Boaventura Ribeiro Advogados – Mourival Ribeiro
Camillo Seguros – Cristina Camillo
Confirp Contabilidade – Richard Domingos
Gestiona – Sidirley Fabiani
Ghaw Facilities – Humberto Watanabe
L' Aquila – Daniela Bertolacini
Link 3 – Rogério Passos
Loara Crédito – Adilson Seixas
Machado Nunes Advogados – Lucas Barducco
Mercoline – Davi Barroso
Moema Assessoria – Tatiana Gonçalves
Morais Advogados – Afonso Moraes
Moove – Tailan Vinicius
Ponto Inicial – Paulo Ucelli
Share Capital Assessoria Empresarial LTDA – Edvaldo Martins
Witec – Marco Lagôa

Editor e Redator-chefe:
Paulo Fabrício Ucelli

Diretora de Arte:
Maíra Rossétti

Revisão:
Guilherme Olhier

Editor-chefe:
Richard Domingos

Serviço de Atendimento ao Cliente
Confirp (SAC): 11 5078 3005
sac@confirp.com ou www.confirp.com

A Revista Gestão In Foco é uma publicação
da Confirp Contabilidade produzida
pela Ponto Inicial Comunicações.

Todos os direitos reservados. Todas as imagens utilizadas
nesta edição são de reprodução. Esta publicação
poderá ser reproduzida total ou parcialmente,
desde que a fonte seja corretamente citada.



CAPA

Reforma Tributária:
o que muda na vida das
pessoas e empresas

10

06

LAZER

O fascinante mercado de carros
antigos no Brasil

20

INCLUSÃO

Desafio para PCDS
nas empresas

26

CRÉDITO

Perspectivas do mercado
de crédito para 2024

32

TRABALHISTA

Ela voltou! Contribuição
Assistencial

42

GESTÃO

Lei da informática: a inovação
é simplificada com auditoria

50

COBRANÇA

Cobrança eficaz: a arte de
recuperar dívidas com sucesso

56

CONDOMÍNIO

A importância da adequação
dos condomínios à LGPD

18

TENDÊNCIAS

Os riscos e benefícios da
internacionalização para as empresas

24

MARKETING

Desafios do marketing digital:
potencializando oportunidades de negócios

28

INVESTIMENTO

Planejamento financeiro: necessário na
era da economia e do trabalho digital

36

INOVAÇÃO

O poder das comunidades
no mundo dos negócios

46

IA

A revolução da Inteligência Artificial
e os desafios legais

52

GESTÃO

Como saber se minha empresa é um
bom ativo para operações de M&A?

PAIXÃO SOBRE RODAS: O FASCINANTE MERCADO DE CARROS ANTIGOS NO BRASIL

Nada encarna a paixão por motores e a nostalgia de décadas passadas como o mercado de carros antigos no Brasil. Nesse universo onde história, design e engenharia clássica se encontram, os amantes de automóveis unem-se para celebrar verdadeiras jóias do passado que resistiram ao teste do tempo e continuam a encantar gerações.

Os carros antigos não são apenas meios de transporte, são paixões. Colecionadores investem tempo, dedicação e recursos incalculáveis para trazer de volta à vida essas relíquias sobre rodas, muitas vezes restaurando modelos que, de outra forma, teriam desaparecido no esquecimento.

Colecionar ou apenas conhecer carros antigos é uma paixão mundial. A ponto de a língua inglesa ter criado um termo específico para os fanáticos por automóveis e motores: gearhead ou “cabeça de engrenagem”. Uma pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) indica que os modelos fabricados até a década de 1970 apresentam valorização de até 135% acima da Selic, taxa base usada para a definição de preços de veículos.

São carros que contam a história do próprio Brasil por meio do design, motor e dos detalhes. Por onde essas belezinhas passam, chamam a atenção de admiradores e turistas que acompanham os eventos como se fossem museus a céu aberto. E a paixão, regra geral, passa de pais para filhos.

O carro antigo é aquele fabricado há mais de 30 anos. E para que seja considerado um item de coleção, podendo receber uma placa especial, preta, o veículo deve ter pelo menos 80% de peças originais.

No Brasil, entre os veículos mais procurados estão o Fusca, Passat, Maverick, Kombi e Opala, que têm seus próprios fã-clubes e eventos. Mas, há gosto para tudo.

Em encontros e eventos dedicados a essas máquinas do passado, a adrenalina se mistura com a nostalgia, criando uma atmosfera eletrizante para todos os amantes da estrada.

MERCADO DOS CARROS ANTIGOS

O mercado de carros antigos desempenha um papel vital na economia. A compra, venda e restauração dessas relíquias geram uma verdadeira cadeia de entusiastas, envolvendo oficinas especializadas, fornecedores de peças sob medida, artesãos habilidosos e muito mais. Cada peça e componente são tratados com o cuidado de um artesão, preservando a essência única de cada modelo.

A paixão dos brasileiros por carros antigos é evidente nos números: o mercado nacional de automóveis antigos movimentou uma cifra notável de R\$ 32,6 bilhões em 2019, de acordo com uma pesquisa encomendada pela Federação Brasileira de Veículos Antigos (FBVA).

Os dados revelam que R\$ 16,1 bilhões foram destinados a gastos diretos, abrangendo serviços, seguros, manutenção, restauração, armazenamento e combustível, entre outros. A compra e venda de veículos históricos somou R\$ 12,3 bilhões, enquanto eventos relacionados à carros antigos, como hotelaria, alimentação e inscrições, totalizaram R\$ 3,5 bilhões. Além disso, os gastos indiretos, incluindo mensalidades de clubes, revistas especializadas e souvenirs, atingiram R\$ 768 milhões.

O COMPROMETIMENTO DOS COLECIONADORES

Colecionadores de carros antigos investem consideravelmente em sua paixão. A média anual de gastos para um colecionador é de R\$ 13.400, destinados à restauração, manutenção e operação de seus veículos. A participação em eventos de veículos históricos demanda cerca de R\$ 2.900, enquanto outros itens relacionados, como mensalidades de clubes e souvenirs, somam aproximadamente R\$ 640. A aquisição de novos veículos, uma parte cativante do hobby, chega a R\$ 10.250. Ao somar essas cifras, os colecionadores desembolsam em média R\$ 27.200 por ano, mostrando que essa é uma paixão que se alimenta com investimento e dedicação.

EVENTOS DE CARROS ANTIGOS COMO OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS

Para aqueles que desejam explorar oportunidades de negócios, os eventos dedicados a carros antigos representam uma ótima opção. O nicho desse segmento tem um enorme potencial econômico, seja como destino turístico oferecido aos clientes ou como ideia para a realização de um novo evento.



Para os amantes de carros antigos e os empresários em busca de oportunidades no setor, alguns eventos brasileiros se destacam:

- Águas de Lindóia (SP): considerado o maior encontro de carros antigos da América Latina, acontece anualmente no feriado de Tiradentes, atraindo mais de 500 mil turistas para a pequena cidade de Águas de Lindóia;
- Araxá (MG): o Brazil Classics Show, também conhecido como Encontro de Araxá, está na 23ª edição e acontece a cada dois anos. É conhecido por trazer modelos raros de todas as partes do Brasil;
- Vinhedo (SP): este evento reúne cerca de 200 veículos no município de Vinhedo;
- São Paulo (SP): o Auto Show Collection é um evento que acontece no Sambódromo e atrai entusiastas de carros antigos desde a década de 1980.

Em resumo, o mercado de carros antigos no Brasil não é apenas uma celebração de automóveis clássicos, mas também um setor vibrante que impulsiona a economia e proporciona oportunidades emocionantes de negócios. É uma prova de que a paixão pode se transformar em um motor econômico robusto. O fascínio pelo passado sobre quatro rodas continua a atrair pessoas de todas as idades e origens, mantendo viva a história. ■

ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEIO AMBIENTE



Principais Serviços:

- Licenciamento Ambiental: Autorizações Ambientais, LP – Licença Prévia, LI – Licença de Instalação, LO – Licença de Operação e suas renovações
- Enquadramento da atividade e inscrição no CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e CTF/AIDA – Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.
- Desenvolvimento e implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS
- Consultoria para identificação e gerenciamento de produtos controlados pelo Exército, Polícia Federal e Civil
- Processos de regularização de atividades com produtos controlados pelo Exército, Polícia Federal e Civil.

REFORMA TRIBUTÁRIA: O QUE MUDA NA VIDA DAS PESSOAS E EMPRESAS

Temas que são de extrema relevância para empresários, investidores e principalmente consumidores são as reformas que teremos em nosso sistema tributário, encabeçadas pela aguardada Reforma Tributária do Consumo.

No entanto, elas ocorrem em um momento interessante que vivemos no Brasil. O Governo prometeu mais investimentos e gastos, mas ancorou as contas públicas na arrecadação, ou seja, para gastar mais, precisa arrecadar. Por outro lado, há pontos na legislação que precisam ser corrigidos para que exista maior justiça tributária, é o caso das medidas propostas para tributação dos chamados Super Ricos (tributação das aplicações financeiras no exterior e fundos exclusivos de investimentos, que atualmente possuem sistema de diferimento infinito de tributação).



Nesta edição especial da Revista Gestão In Foco, trazemos uma análise profunda das mudanças e medidas que estão sendo tomadas pelo governo e seus impactos nas empresas e na vida das pessoas.

Este cenário levou o governo a adotar diversas medidas, além da Emenda Constitucional 132 - Reforma Tributária de Consumo que já está valendo, acabou de ser aprovada e sancionada a Lei 14.754/23, que trata da tributação de aplicações financeiras no exterior e fundos exclusivos, e temos também a Lei 14.789/23, que versa sobre a tributação de subvenção fiscal, que está em vigor desde janeiro de 2024.

Além dessas medidas, está na gaveta do Presidente do Senado o Projeto de Lei 2.337/2021, que trata da tributação de imposto de renda sobre dividendos, que deverá ser colocado em votação em 90 dias após a publicação da Emenda Constitucional 132.

Essas medidas, em sua grande maioria, ainda se justificam e estão direcionadas para o aumento da arrecadação. Contudo, isso está sendo feito sem levar em conta os possíveis impactos negativos nos custos das empresas, que eventualmente repassarão esses custos para o consumidor final.

Sistema tributário atual, impossível piorar!

A complexidade do sistema tributário se reflete na vida cotidiana dos cidadãos e empresas, que muitas vezes não conseguem calcular o valor dos tributos pagos em ações simples, como tomar

um café, pagar uma refeição, comprar uma roupa ou abastecer um veículo.

"As empresas, por sua vez, enfrentam uma carga significativa de trabalho e custos relacionados à apuração e pagamento de tributos. No Brasil, uma empresa gasta mais de 1.500 horas por ano nesse processo, o que coloca o país em primeiro lugar no ranking mundial de complexidade tributária, nos colocando à frente de países como Venezuela, Bolívia, Gabão e República do Congo. Isso o torna menos atraente para investimentos e negócios, criando um ambiente hostil", acrescenta Richard Domingos.

Até o momento, nenhum governo tinha conseguido emplacar uma mudança drástica no sistema tributário por uma única razão, a Constituição de 1988 concedeu a Estados e Municípios autonomia na arrecadação de tributos. Assim, para se mexer no sistema atual é necessário negociação entre 27 estados, mais de 5.500 municípios, pois fatalmente qualquer mudança no sistema trará Entes que aumentarão suas arrecadações e outros que perderão recursos, daí o entrave!

"Falar sobre reformas não é tarefa fácil, pois todos desejam um sistema simples com uma carga tributária menor. Esse é um tema desejado por todos há mais de 35 anos, desde a Constituição de 1988. Lembrando que a última grande reforma ocorreu em 1966 (mais 60 anos atrás)", explica Lucas Barduco, advogado tributário da Machado Nunes Advogados.

A única forma de desatar o nó é atender cada um dos interesses desses entes, além disso também as exigências de setores fortemente representados no congresso, tais como o Agro, Saúde e Educação, dentre outros.

Do texto original ao final aprovado e sancionado foram introduzidas diversas alterações que em

grande parte desconfigurou a proposta original do legislador, ferindo um dos princípios da proposta que era a simplicidade para o cálculo do imposto.

Nessa linha, o advogado Lucas Barduco enfatiza que a reforma é necessária, mas é essencial compreender que seu foco era simplificar o sistema de tributação e não criar um sistema complexo.

Reforma Tributária do Consumo

A Emenda Constitucional 132 possui boas intenções, ela propõe uma substancial reestruturação do atual sistema de impostos, principalmente sobre consumo no Brasil, substituindo cinco tributos existentes por três novos impostos e contribuições, unificando legislação com a visão de ser menos litigioso e mais justo.



Transição

É instituído um sistema de transição de 10 anos, em que por sete anos dois sistemas caminharão juntos, um com tributação na origem e outro no destino. Ao que podemos prever, serão sete anos de muita emoção e contingência fiscal para empresas em geral. Se hoje já somos os campeões do planeta no que tange ao tempo gasto com apuração e entrega de obrigações acessórias, certamente quebraremos todos os recordes nessa questão.

Veja cronograma de implementação da Reforma:

O Imposto Seletivo

A reforma tributária também introduz o Imposto Seletivo, vulgo ‘Imposto do Pecado’, que incidirá sobre a produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Isso demonstra o compromisso do governo em promover práticas mais sustentáveis e saudáveis, porém deixa aberto para que sejam instituídos tributos sobre o que o governo entende que é prejudicial à saúde ou ao meio ambiente. Pela ótica do arrecadador, essa medida objetiva proteger a indústria nacional e incentivar a adoção de padrões mais sustentáveis na produção e na prestação de serviços.

Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio

As leis instituidoras dos tributos (IBS, CBS e IS) estabelecerão os mecanismos necessários para manter o diferencial competitivo assegurado à Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC), onde serão utilizados, isolada ou cumulativamente, instrumentos fiscais, econômicos ou financeiros.

Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços

Na proposta original criou-se a figura do Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços. Esse órgão seria responsável por centralizar a arrecadação do futuro IVA estadual e municipal, com gestão compartilhada e independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

As decisões do conselho seriam tomadas por meio de votos distribuídos de forma paritária entre os estados, o Distrito Federal e os municípios, buscando assegurar um equilíbrio de poder e representatividade. Contudo, o Senado delimitou o poder do Conselho e mudou seu nome para Comitê Gestor, com aparentemente menos poderes constituídos, por exemplo, sem o poder de propor leis.

Entendendo as alíquotas

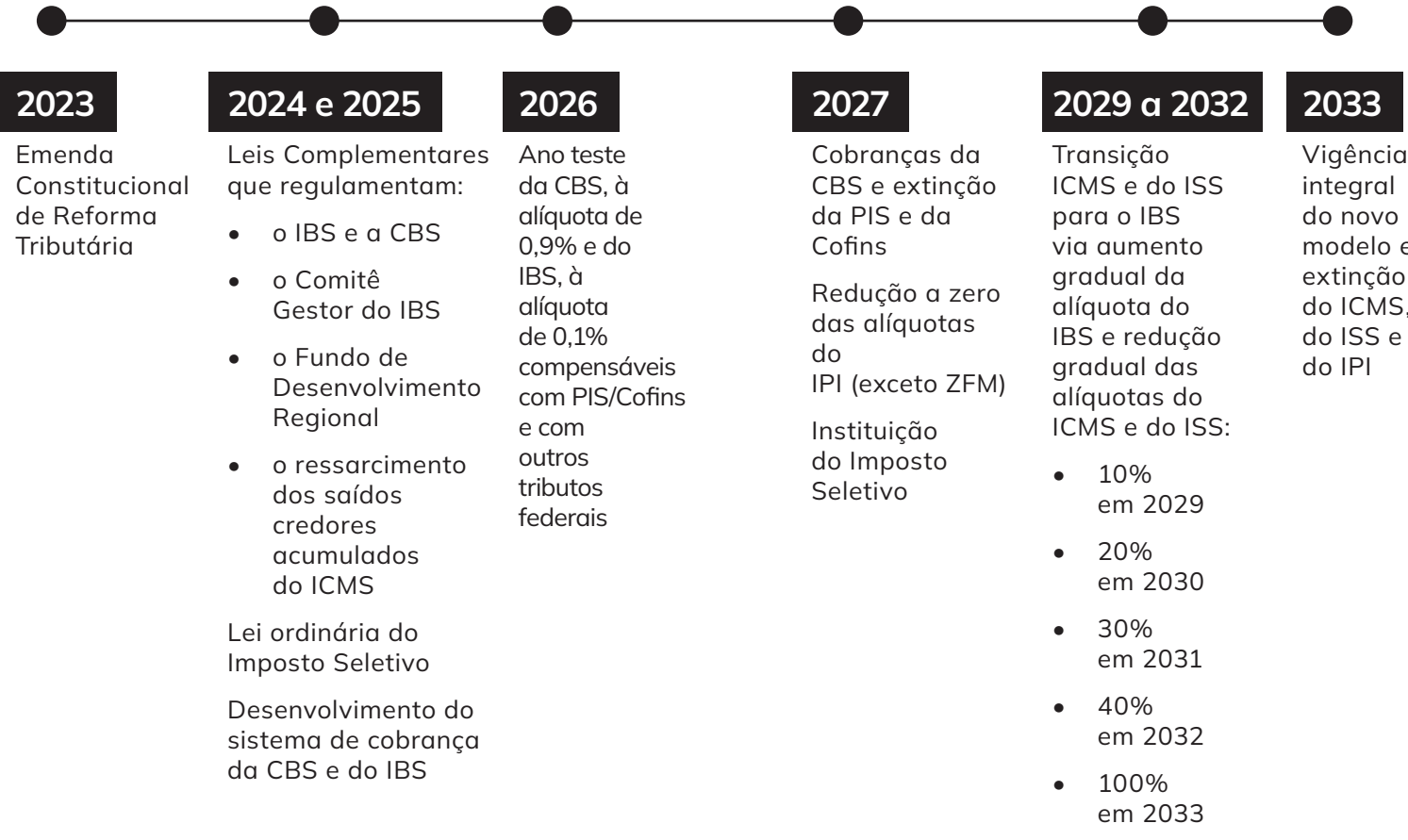
Uma das características destacadas da Reforma Tributária é a definição de alíquotas reduzidas para determinados setores. Com as diversas negociações e exigências do parlamento, o sistema nasce com diferentes alíquotas para suas operações.

São quatro faixas de alíquotas:

A primeira faixa é que não tem redução alguma, a segunda com redução de 30% (formando uma alíquota de 70% da tributação constituída), que será aplicada para atividades de profissões regulamentadas, tais como, advogados contadores e engenheiros, a terceira faixa com redução de 60% (perfazendo um alíquota de 40%), incluindo atividades como saúde, educação, transporte coletivos de passageiros, medicamentos, atividades jornalísticas, dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência, bem como produtos relacionados à saúde menstrual, dentre outros. Quarta faixa, isenção ou redução de 100% da alíquota, entrando cesta básica nacional principal, PROUNI, dentre outros.

Tributação sobre Patrimônio

A Reforma Tributária também aborda a tributação do patrimônio, trazendo inovações, por exemplo, no Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que passará a incidir sobre veículos aquáticos e aéreos. Essa medida também permitirá que o IPVA seja progressivo com base no impacto ambiental do veículo. Além disso, a Emenda Constitucional prevê a cobrança progressiva do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) em razão do valor da herança ou da doação, bem como a cobrança sobre bens e direitos situados no exterior e bens e direitos situados no Brasil de propriedade de não residentes.



Olhar por quem já administrou a Receita Federal

Outro ponto previsto é a criação de fundos Como qualquer reforma de grande alcance, a reforma tributária gera divergências e preocupações. Empresários, especialistas e autoridades têm se manifestado de diversas maneiras em relação às mudanças aprovadas.

A implementação da reforma é um processo que se estenderá ao longo dos próximos anos e envolve debates e discussões no âmbito legislativo e na sociedade. A transição de um sistema tributário para outro representa um dos maiores desafios. Empresas terão que adaptar suas operações, rever suas estratégias de precificação e, muitas vezes, reorganizar suas estruturas financeiras e administrativas.

Jorge Rachid, ex-secretário da Receita Federal e especialista em tributação, enfatiza a complexidade das mudanças tributárias. “Os benefícios de uma reforma tributária incluem tornar claro para o consumidor final quanto ele paga em impostos, o que é uma virtude. No entanto, a realidade é que a economia é complexa e concentrada, e é necessário considerar as nuances do impacto sobre a cesta básica, alimentos e outros setores. As empresas que operam no regime tributário simples também sentirão o impacto, em graus diferentes, mas todos serão impactados”.



RICHARD DOMINGOS
Diretor executivo
Confirp Contabilidade

Segundo Rachid, é essencial que a reforma seja implementada de forma previsível e comunicada de maneira técnica, mas acessível. “Acredito que antes de fazer uma grande reforma como vem sendo feita e com um prazo muito longo de implementação, poderia ter sido pensado em algo mais simples e com impactos mais imediatos, que realmente reflita no ambiente de negócios atual do país”, explica.

Uma nova realidade para todo o país

Sem dúvida nenhuma, qualquer coisa ou sistema criado hoje é melhor do que temos atualmente, haja vista que somos os campeões mundiais no quesito de gasto de tempo na apuração e pagamento de impostos. A Emenda traz em seu corpo inúmeros pontos que poderiam ser melhores, outros que alinham a legislação brasileira a países desenvolvidos, mas sobretudo é um caminho possível dentro do cenário nacional.

Imaginar outro formato de cobrança de tributos só será possível em um novo ambiente constitucional. Fato que não vai acontecer tão brevemente. O que nos resta neste momento é torcer e contribuir para que a regulamentação dessa emenda constitucional seja feita da melhor forma possível, para termos um ambiente empresarial um pouco melhor e com mais segurança jurídica e previsibilidade.

“Temos que ficar na torcida e pressionar o parlamento para que se faça também uma reforma administrativa, é fundamental para cessar o avanço de medidas arrecadadoras de agora em diante, senão a conta não irá fechar”, finaliza Richard Domingos.■

OS RISCOS E BENEFÍCIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO PARA AS EMPRESAS

A internacionalização de um negócio é uma estratégia ambiciosa que pode trazer inúmeros benefícios, mas também desafios significativos. Neste artigo, em parceria com a advocacia Fernandes e Filipin Advogados, especializada em internacionalização, exploraremos a jornada das empresas brasileiras que buscam expandir seus horizontes além das fronteiras nacionais.

Começaremos discutindo as oportunidades oferecidas pelo Mercosul, onde as empresas podem explorar vantagens fiscais e oportunidades de mercado. No entanto, essa jornada não é isenta de riscos. Investigaremos os perigos de exportar ineficiências do Brasil para outros países, destacando exemplos de empresas que enfrentaram desafios em sua internacionalização.

Benefícios e Desafios da Internacionalização

A internacionalização permite que as empresas acessem mercados maiores, alcancem uma base de clientes diversificada, aproveitem vantagens competitivas em termos de custos e desenvolvam parcerias estratégicas. Entre os benefícios possíveis, podemos destacar a isenção do imposto de importação. No entanto, os desafios são inúmeros. Empresas enfrentam barreiras linguísticas, culturais, regulatórias e logísticas, portanto, a adaptação de produtos e serviços às preferências locais, a compreensão das nuances regulatórias e a gestão de equipes multinacionais são apenas alguns dos obstáculos.



BENITO PEDRO VIEIRA SANTOS
CEO
Avante Assessoria Empresarial

Oportunidades no Mercosul

Para as empresas brasileiras, o Mercosul - mercado comum que engloba Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela - oferece uma porta de entrada para a internacionalização. Existem vantagens fiscais significativas, como a redução de tarifas sobre produtos comercializados entre os países membros. Além disso, o mercado conjunto ampliado oferece uma população significativa para produtos e serviços.

Para exemplificar, é interessante usar o exemplo do Paraguai, país que vem sendo muito procurado pelos brasileiros. Os benefícios da internacionalização para esse país são muitos, como detalhado a seguir:

1. Redução de Tarifas: como membro do Mercosul, há uma redução significativa ou mesmo eliminação de tarifas para produtos e serviços comercializados entre Brasil e Paraguai;
2. Mercado em Crescimento: o Paraguai tem apresentado taxas de crescimento econômico estáveis nos últimos anos, tornando-se um mercado atraente para empresas brasileiras;

3. Custos Operacionais Mais Baixos: comparado ao Brasil, o Paraguai tem custos trabalhistas e tributários geralmente mais baixos, o que pode ser atraente para empresas que desejam reduzir sua estrutura de custos;

4. Localização Geográfica: a proximidade geográfica entre Brasil e Paraguai facilita a logística e o transporte, reduzindo custos e tempo;

5. Facilidades para Investimentos: o Paraguai tem buscado atrair investimentos estrangeiros com uma série de incentivos, incluindo regimes de maquila que oferecem benefícios fiscais para empresas que exportam a maior parte de sua produção.

Contudo, existem também os riscos que não são poucos, veja os principais:

1. Diferenças Regulatórias: apesar da integração do Mercosul, ainda existem diferenças regulatórias que as empresas precisam considerar ao operar no Paraguai;
2. Barreiras Culturais: embora ambos os países compartilhem algumas semelhanças culturais, ainda existem nuances que podem afetar práticas de negócios, marketing e vendas;
3. Infraestrutura: mesmo que tenha havido melhorias, a infraestrutura paraguaia, em termos de estradas, energia e logística, pode apresentar desafios;
4. Flutuações Cambiais: as flutuações na taxa de câmbio entre o real brasileiro e o guarani paraguaio podem afetar os lucros e a estabilidade financeira das empresas.

Em resumo, enquanto o Paraguai, no contexto do Mercosul, apresenta várias oportunidades para empresas brasileiras, é fundamental que essas empresas façam sua devida diligência e planejamento para superar os desafios e aproveitar ao máximo os benefícios.

Perigos de exportar ineficiências

Além dessas características, existe um alerta mais importante que todos, sendo crucial que as empresas brasileiras evitem exportar ineficiências. Levando práticas empresariais que não são competitivas globalmente, uma empresa pode enfrentar desafios significativos em mercados estrangeiros. Além disso, para uma internacionalização bem-sucedida, o planejamento financeiro e jurídico é essencial.

Evitando erros comuns

Muitos erros na internacionalização derivam da falta de pesquisa e compreensão dos mercados-alvo. Para evitar isso, as empresas devem procurar fazer:

- Pesquisa intensiva: compreender o mercado, a cultura e as preferências locais;
- Parcerias Locais: trabalhar com parceiros locais pode oferecer insights valiosos e facilitar a entrada no mercado;
- Pilotos e Testes: antes de um lançamento completo, teste seus produtos e serviços em um mercado específico;
- Assessoria Especializada: trabalhar com Assessores jurídicos e financeiros especializados em internacionalização pode evitar armadilhas.

Concluindo, a internacionalização é um passo audacioso que, quando bem executado, pode levar a grandes recompensas. No entanto, é um processo que exige pesquisa, planejamento e persistência. Com a estratégia certa e os recursos adequados, as empresas brasileiras podem prosperar em palcos globais. ■

Benito Pedro Vieira Santos, CEO da Avante Assessoria Empresarial e Especialista Governança Corporativa e Reestruturação de Empresas

INCLUSÃO

DESAFIO PARA PCDs NAS EMPRESAS: SUPERANDO BARREIRAS E PROMOVENDO A INCLUSÃO

A acessibilidade é uma preocupação que deve ser crescente nas empresas, mas segue sendo um desafio persistente para muitas pessoas com deficiência (PCDs) no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), embora aproximadamente 45 milhões de brasileiros se reconheçam como PCDs, apenas 28,3% deles estão empregados.

Esses números revelam uma realidade que aponta para uma "cultura de invisibilidade" enraizada na sociedade. Entretanto, esse cenário vai muito além de números e estatísticas. A luta pela inclusão de PCDs no mercado de trabalho é uma busca por igualdade, justiça e oportunidades. À medida que empresas e sociedade reconhecem os talentos e potenciais das PCDs, é fundamental entender as barreiras e os desafios que precisam ser superados.

Tatiana Gonçalves, especialista em saúde e segurança do trabalho e CEO da Moema Medicina do Trabalho, enfatiza que "o mercado de trabalho é extremamente cruel com os trabalhadores com deficiência. As empresas adotam o discurso de que não há trabalhadores disponíveis, mas eles não têm oportunidade. A maioria das oportunidades são para cargos 'chão de fábrica', no máximo auxiliar administrativo".



TATIANA GONÇALVES
CEO
Moema Medicina do Trabalho

Contratação é obrigatória

Um ponto que algumas empresas ainda não se atentam é que, de acordo com o art. 93 da Lei 8.213/91, a empresa que possuir 100 ou mais funcionários registrados já está obrigada à contratação de pessoas com deficiência.

- A cota de contratação para até 200 funcionários é de 2%
- Entre 201 – 500 funcionários: 3% deve ser PCD
- Entre 501 – 1.000: 4% deve ser PCD
- De 1001 em diante: 5% deve ser PCD

Em casos de empresas que possuem Matriz e Filial, serão somados os funcionários da matriz e da filial para verificar se a empresa tem a obrigatoriedade.

Outro ponto importante é que um funcionário PCD tem todos os direitos garantidos como todos os outros funcionários, ou seja, jamais poderá sofrer discriminação por conta da sua deficiência. A empresa tem a obrigação de garantir que o funcionário tenha um trabalho acessível.

Barreiras para a inclusão no mercado de trabalho

Mesmo com a obrigatoriedade, um estudo realizado pela empresa Mais Diversidade, intitulado "Cenário dos PCDs no Mercado de Trabalho Brasileiro," identificou diversas barreiras que impedem a entrada de PCDs no mercado de trabalho:

1. Poucas oportunidades e/ou oportunidades ruins: as oportunidades de trabalho oferecidas a PCDs muitas vezes são limitadas e inadequadas para suas habilidades e experiências;
2. Barreiras atitudinais: preconceitos e comportamentos discriminatórios são obstáculos significativos que PCDs enfrentam, o que afeta negativamente sua participação social;
3. Foco exclusivo no cumprimento da cota: algumas empresas contratam PCDs apenas para cumprir as cotas determinadas por lei, em vez de valorizar suas habilidades e contribuições;
4. Barreiras físicas de falta de acessibilidade nos ambientes: muitos locais de trabalho não são adaptados para atender às necessidades de PCDs, dificultando sua inclusão;
5. Barreiras nas comunicações e na informação: a falta de comunicação acessível impede que PCDs acessem informações e oportunidades;
6. Barreiras nos transportes: a falta de transporte acessível torna difícil para PCDs chegar ao trabalho;
7. Barreiras tecnológicas: o acesso a tecnologias essenciais muitas vezes é difícil para PCDs.

A luta contra o preconceito e a falta de acesso à educação

De acordo com Natália Mônaco, coordenadora de diversidade do Instituto Olga Kos de Inclusão, o preconceito da sociedade e a visão histórica



do Brasil sobre PCDs desempenham um papel significativo nesse cenário. Por muitos anos, a sociedade brasileira associou as deficiências à incapacidade, o que perpetuou estereótipos negativos. Além disso, a falta de acesso à educação formal é um problema significativo. Dados do IBGE revelam que 67,6% dos brasileiros com deficiência não possuem instrução ou têm ensino fundamental incompleto.

A chave para mudar essa realidade é trabalhar a educação desde cedo, para que PCDs possam adquirir educação formal e, assim, estar mais preparados para ingressar no mercado de trabalho.

Mudando a cultura organizacional para promover a inclusão

Um estudo realizado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) Nacional, Isocial e Catho revelou que 65% dos gestores têm resistência em contratar PCDs. Para superar essas barreiras e promover a inclusão, os especialistas concordam que é necessária uma mudança cultural.

Além de cumprir cotas, é fundamental que as empresas promovam um ambiente de

trabalho verdadeiramente inclusivo, que atenda às necessidades dos PCDs e promova o bem-estar de todos os funcionários. Não basta apenas contratar; é preciso investir em acessibilidade e eliminar barreiras para que os PCDs possam contribuir plenamente.

Dicas para o recrutamento, seleção e contratação de PCDs

Para tornar o processo de inclusão de PCDs mais eficaz, Tatiana Gonçalves explica que as empresas podem adotar as seguintes estratégias:

- Realizar palestras de informações e sensibilização em treinamento para todos os setores;
- Promover ações que promovam relacionamentos saudáveis com PCDs entre os funcionários;
- Buscar apoio personalizado de organizações especializadas em inclusão de PCDs;
- Promover conversas sobre o tema com palestrantes PCDs para educar a empresa e combater o preconceito.

Além disso, após a contratação, é essencial investir em acessibilidade e fazer as adaptações necessárias para atender às necessidades dos PCDs, seguindo as diretrizes da Norma Técnica Brasileira 9050 (NBR-9050).

“A Norma ABNT NBR 9050/2020 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos, visando proporcionar a utilização autônoma, independente e segura do ambiente à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de sua condição de mobilidade ou percepção”, explica Tatiana Gonçalves.

Investindo em Diversidade e Inclusão

Conforme os dados demonstram, é fundamental que as empresas e a sociedade brasileira mudem sua percepção sobre as pessoas com deficiência. A inclusão de PCDs não é apenas uma obrigação legal; é uma oportunidade de criar ambientes de trabalho mais diversos, criativos e inclusivos.

A luta pela igualdade e inclusão de PCDs no mercado de trabalho é uma tarefa coletiva, que requer mudanças culturais e investimento na educação e acessibilidade. Somente assim, poderemos superar os desafios e construir um futuro mais inclusivo e equitativo para todos. ■

azza A melhor Conexão

Temos mais de 145mil assinantes em mais de 40 cidades no interior de São Paulo.

BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS

Planos 100% fibra
com velocidades
2GB*
de até

*Verifique a disponibilidade na sua região.



Seja onde for, a Azza te conecta ao melhor da vida!

0800 591 3181 @azzatelecom azza.net.br

DESAFIOS DO
MARKETING DIGITAL:
POTENCIALIZANDO
OPORTUNIDADES DE
NEGÓCIOS

No mundo digital, o marketing desempenha um papel crucial na geração de oportunidades de negócios. Porém esse mundo é ainda muito novo e a maior parte das empresas não entendem o assunto, tendo o risco de direcionamentos e investimentos errados.

Assim, a importância de cada vez mais explorar os conhecimentos sobre as estratégias de marketing digital que permitem que as empresas maximizem suas vendas online e alcancem resultados eficazes e sustentáveis.

“Quando se fala em marketing digital é preciso muito cuidado, por ser uma área relativamente recente, são muitas as pessoas ditas ‘especialistas’, e muitas ‘fórmulas mágicas’ oferecidas. Contudo, na maioria das vezes, podem ser ‘roubadas’ que levam as pessoas a perderem o dinheiro investido”, alerta Rogério Passos, CEO da Link3 Mídias Digitais.

No marketing digital, mais do que em outras áreas, vale a premissa de que cada caso é um caso. Existem casos de vendas em um único clique, como roupas, por exemplo. Há vendas mais longas, como troca de prestadoras de serviços, ou ações apenas para impulsionar a marca, e por aí vai.

ROGÉRIO PASSOS
CEO
Link3 Mídias Digitais

Estratégias para aumentar o tráfego
em um site

Um dos maiores desafios do marketing digital é atrair tráfego para um site. O primeiro ponto abordado é a importância de seguir boas práticas. Rogério Passos destaca a presença em redes sociais como fundamental. “Ter conteúdo rico e bem estruturado não apenas gera *awareness*, mas também engajamento. A presença ativa nas redes sociais é uma estratégia que atrai visitantes qualificados para o site”.

Outra estratégia crucial para aumentar o tráfego é o uso de técnicas de SEO. A otimização para mecanismos de busca é essencial para garantir que o site apareça nas pesquisas orgânicas. Um SEO bem executado aumenta a visibilidade do site, atraindo tráfego qualificado e direcionando-o para as páginas certas.

Integração de campanhas de tráfego
pago e SEO

Integrar campanhas de tráfego pago, como o Google Ads, com uma estratégia sólida de SEO é um desafio complexo. Rogério aponta a necessidade de um estudo profundo sobre a marca, suas propostas de valor e como o público-alvo busca soluções. Somente após essa fase é possível construir uma estratégia objetiva e bem estruturada.

“A integração bem-sucedida dessas duas estratégias envolve alinhar a mensagem da marca com as campanhas de tráfego pago e as páginas otimizadas para SEO. Essa abordagem integrada garante que o tráfego pago seja direcionado para páginas que correspondam às intenções de pesquisa do público”, explica Rogério Passos.

Redes Sociais, Marketing de
Conteúdo e Automação de
Marketing

As redes sociais desempenham um papel de destaque no cenário de marketing digital. Segundo Rogério, aproximadamente 75% dos consumidores verificam os perfis das empresas nas redes sociais antes de tomar decisões de compra.

A capacidade de um negócio de se destacar muitas vezes está relacionada à quantidade de investimento que faz em canais de comunicação. As redes sociais permitem que as empresas expliquem seus produtos, se conectem com as dores dos clientes e destaquem seus diferenciais. Esse envolvimento leva a uma maior probabilidade de conversão, independentemente do nicho de mercado.

O marketing de conteúdo também é uma peça-chave no quebra-cabeça. Fornecer informações relevantes e envolventes atrai e retém os visitantes. A automação de marketing permite que as empresas se conectem de maneira personalizada com seu público-alvo, o que é fundamental para maximizar o envolvimento e as conversões.

Evitando o desperdício de recursos

Um dos principais desafios é evitar o desperdício de recursos investindo em ferramentas e estratégias de marketing digital sem um plano sólido. Aqui, Rogério Passos enfatiza a importância de contar com profissionais ou agências especializadas. Muitas vezes, equipes internas de marketing podem não possuir a experiência e o conhecimento necessários para criar estratégias sólidas.

“Um plano de marketing digital sólido surge de um diagnóstico detalhado. Esse diagnóstico considera o estágio atual da empresa, o mercado em que atua e as tendências do setor. Agências especializadas podem oferecer esse tipo de avaliação crítica, direcionando o cliente para o caminho certo e evitando desperdícios de recursos”, explica.

Maximizando o Retorno sobre o
Investimento em Marketing Online

Finalmente, Rogério aborda a importância de maximizar o Retorno sobre o Investimento (ROI) em marketing online. Esse processo é uma culminação de todas as estratégias discutidas anteriormente. Após estruturar uma estratégia de marketing digital, surgem os primeiros insights e dados que permitem afinar essa estratégia de acordo com o público-alvo.

Entender como o consumidor age, onde ele está, como consome e quais estratégias são necessárias para atender às suas necessidades é fundamental para maximizar o ROI. Compreender todos esses aspectos permite que as empresas tracem um plano sólido e o executem de forma eficaz, tornando cada campanha de marketing online mais afinada. ■

PERSPECTIVAS DO MERCADO DE CRÉDITO PARA 2024

O cenário econômico global está em constante mudança, impactando de uma maneira ou outra na vida de todo mundo. As perspectivas de mercado para 2024 são de suma importância para empresas e investidores. Por isso, é fundamental fazer uma análise profunda das projeções para o próximo ano, examinando tanto as tendências atuais quanto as previsões futuras.

É preciso entender a influência de fatores cruciais, como as taxas de juros, a inflação e as políticas econômicas em vigor. Assim, o especialista no tema, Adilson Seixas, CEO da LOARA Crédito realizou análises específicas sobre diversos setores da economia, incluindo mercado de crédito. Tudo isso em um conteúdo destinado a empresários, investidores e tomadores de decisão que desejam estar preparados para o ambiente de negócios em 2024.

ADILSON SEIXAS
CEO
LOARA Crédito

Tendências e projeções para o mercado

De acordo com Adilson Seixas, CEO da LOARA Crédito, algumas tendências-chave apontam para um ambiente econômico mais otimista. Internamente, as políticas de transferência de renda, aumento do salário-mínimo e programas sociais estão aumentando o poder de compra das famílias, estimulando o consumo de bens e serviços, especialmente no setor de serviços.

Além disso, as exportações de petróleo e produtos agropecuários estão impulsionando o crescimento econômico do Brasil, superando a média do comércio internacional. Em relação à taxa de juros (SELIC), espera-se que sua queda tenha efeitos práticos em 2024, influenciando as taxas cobradas por bancos e lojas e, assim, impulsionando o consumo das famílias.

Para Seixas, a taxa de juros SELIC deve atingir entre 9% e 10% no final de 2024. A Selic é usada pelo Banco Central como uma ferramenta para tentar controlar a inflação, pois a alta ou queda dos juros influencia todas as operações econômicas do país.

Quanto ao crescimento global, prevê-se uma desaceleração para 2,1% em 2023, influenciada por condições financeiras mais rígidas e uma demanda externa moderada. Existem riscos negativos, como estresse bancário e política monetária restritiva, que podem afetar os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento.

Influenciadores do mercado

A política econômica do Brasil envolve três vertentes principais: fiscal, monetária e cambial. O equilíbrio das contas públicas, o controle da inflação, a taxa básica de juros (SELIC) e as taxas de câmbio são essenciais para o cenário econômico.

A política fiscal é um conjunto de medidas através das quais o governo busca o equilíbrio entre receitas e despesas. O novo arcabouço fiscal, que substituiu o Teto de Gastos, prevê que em 2024 a meta será zero, ou seja, sem déficit ou superávit.

Em relação à inflação, a estimativa para 2024 permanece dentro do intervalo de tolerância da meta de inflação, mas acima do centro da meta. A inflação afeta o poder de compra das pessoas, uma vez que os preços dos produtos aumentam mais rapidamente do que os salários.

De acordo com o último Boletim Focus do Banco Central, o mercado mudou a expectativa da Selic para 9,25% ao fim de 2024, impactando as taxas de juros praticadas pelos bancos e influenciando o consumo e a economia como um todo.

A cotação do dólar também desempenha um papel importante nas perspectivas econômicas, com previsões de ficar entre R\$ 5,00 e R\$ 5,10 para o final de 2024.

Cenário político e regulatório

O cenário fiscal para 2024 ainda é incerto, com desafios relacionados à dívida pública, receitas e déficit primário. Alcançar as metas de superávit primário e estabilização da relação dívida/PIB será um desafio, exigindo aumento da carga tributária e crescimento econômico.

A reforma tributária e a regulamentação são fundamentais para simplificar o sistema tributário, mas sua implementação pode gerar complicações inesperadas. A reforma tributária pode impulsionar o crescimento econômico no próximo ano, reduzindo distorções que afetam a produtividade e o consumo.

Projeção do mercado de crédito para 2024

Quando a Selic diminui, as instituições financeiras tendem a emprestar dinheiro com juros menores, ou seja, fica mais barato realizar empréstimos, o que estimula o consumo.

Espera-se que no próximo ano o crescimento do saldo do crédito supere o observado em 2023. A projeção de expansão no crédito ficará mais otimista em 2024, e espera-se uma alta de aproximadamente 8,0% para o ano, principalmente em virtude da carteira direcionada, aquela em que os recursos são concedidos com destinação definida.

A aceleração deve ser impulsionada também pelo segmento de crédito livre para pessoas jurídicas, com a dissipação dos impactos dos eventos envolvendo grandes empresas. ■

PLANEJAMENTO FINANCEIRO:

NECESSÁRIO NA ERA DA ECONOMIA E DO TRABALHO DIGITAL

Na era da economia digital, as mudanças na natureza do trabalho têm impactado de forma significativa a necessidade de repensar a educação financeira. Com o crescimento do trabalho autônomo, independente e através de aplicativos, os trabalhadores enfrentam novos desafios em relação à segurança financeira e previdência.

Isso ocorre principalmente em relação a novos modelos de trabalho, como os motoristas de aplicativos e trabalhadores de aplicativos de entregas. Esses grupos cresceram consideravelmente e isso abriu uma arriscada brecha em relação ao futuro dessas pessoas.

Uma pesquisa intitulada "Futuro do Trabalho por Aplicativo" revelou que um número significativo de entregadores e entregadoras que operam nessa área no Brasil enfrentam a falta de cobertura previdenciária, deixando-os em uma situação de vulnerabilidade em casos de acidentes ou doenças. O estudo, realizado pelo Datafolha a pedido do iFood e da Uber, demonstra como a Previdência Social é uma preocupação crescente para esses profissionais.

De acordo com a pesquisa, 48% dos entregadores entrevistados expressaram temores em relação à perda de renda no caso de sofrerem um acidente ou precisarem interromper o trabalho de entrega. Essa inquietação destaca a importância da seguridade social para esses trabalhadores, que muitas vezes não contam com os mesmos benefícios e proteções proporcionados pelos empregos tradicionais.

O levantamento, que abrangeu 1.000 entregadores e 1.800 motoristas ativos nas plataformas iFood e Uber, foi conduzido entre janeiro e março de 2023. Os resultados revelam que 32% dos entregadores não fazem contribuições ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) nem possuem um plano de previdência privada.

Outros 34% informaram que contribuem como empregados de empresas privadas ou do setor público, enquanto 24% estão inseridos no sistema de Previdência Social como prestadores de serviços

THIAGO BASSETTO
CFP® e estrategista de investimentos
L'Águila Invest

autônomos ou trabalhadores por conta própria.

Surpreendentemente, mesmo entre aqueles que têm outras fontes de renda além das entregas por aplicativos, quase metade (47%) não está coberta pela Previdência Social.

Thiago Bassetto, estrategista de investimentos da L'Águila Invest, observa que, apesar das transformações na forma como as tarefas profissionais são executadas, a educação financeira ainda se mantém relevante e crucial, independentemente da maneira como as pessoas ganham a vida.

Bassetto enfatiza que, no cerne da educação financeira, está o entendimento básico de quanto se ganha e como se gasta o dinheiro. Mesmo na era digital, onde a tecnologia e a conveniência tornaram-se predominantes, esse conhecimento fundamental permanece inalterado. No entanto, a economia digital trouxe novas ferramentas que podem facilitar o processo de gerenciamento financeiro, incluindo aplicativos, sites e planilhas mais sofisticadas.

"As mudanças significativas no mercado de trabalho, como a proliferação de empregos autônomos e a crescente utilização de aplicativos para prestação de serviços, exigem uma abordagem flexível em relação à gestão financeira. Os trabalhadores devem estar preparados para navegar em ambientes em constante evolução", explica.

Em meio a uma era de incerteza no sistema previdenciário, as pessoas precisam se planejar para o futuro. O desafio reside em como fazer isso quando a segurança da previdência tradicional não é garantida. "O planejamento financeiro pessoal torna-se essencial, e as pessoas devem considerar a diversificação de suas fontes de renda, a formação de reservas de emergência e o investimento em previdência

privada como opções para garantir seu futuro financeiro", detalha Bassetto.

Outro ponto é que se deve pensar as finanças de uma nova forma, sendo que esses trabalhadores não têm estabilidade nos fluxos de renda mensal e muitas vezes precisam arcar com despesas que não são cobertas por empregadores tradicionais, é fundamental que saibam como gerenciar seus ganhos e despesas.

"Profissionais que atuam nessas áreas devem criar um planejamento financeiro mensal que leve em consideração variações na renda. Isso significa estabelecer reservas para meses com menor rendimento e manter o controle de gastos durante os meses de maior rendimento", alerta Bassetto.

Para trabalhadores autônomos e independentes, a ausência de proteção social é um desafio significativo. Eles devem estar atentos aos custos associados à proteção social, como a contribuição para a previdência pública, e também devem ser cuidadosos ao criar reservas financeiras para períodos em que não possam trabalhar.

Previdência privada como estratégia

A previdência privada pode ser uma escolha sensata para complementar a previdência oficial, uma vez que permite uma abordagem mais flexível e personalizada. No entanto, escolher o plano de previdência privada ideal requer considerar taxas, prazos e perfil de risco.

"A opção por uma previdência privada nunca foi tão relevante, principalmente neste momento. Sabemos que o sistema de previdência social foi criado para dar garantias

mínimas de vida às pessoas quando se aposentam, contudo, com as recentes reformas a renda futura que irá proporcionar é limitada. Impedindo manter o padrão de vida depois da aposentadoria. Por tudo isso, é imprescindível complementar a aposentadoria pública (caso tenha) com um plano de previdência privada", explica a sócia da Camillo Seguros, Cristina Camillo.

Assim, o principal atrativo da previdência privada é garantir rendimentos futuros. Mas é preciso entender melhor a previdência, existem dois tipos de planos de previdência privada: o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

"Ponto importante é que os planos de previdência devem ser incluídos na declaração de IR, sendo que os da modalidade PGBL permitem aos participantes deduzir as contribuições da base de cálculo do Imposto de Renda até o limite de 12% da renda bruta anual tributável. Para fazer a dedução, é preciso fazer a declaração completa do Imposto de Renda (IR), em vez da versão simplificada, que dá direito a desconto padrão de 20%", detalha Cristina Camillo.

Outras formas de investimento para a aposentadoria

"Além da previdência privada, investir em ações, imóveis e fundos de investimento são opções que podem garantir uma aposentadoria sólida. A diversificação é crucial para reduzir riscos e construir um portfólio de investimentos equilibrado", explica Thiago Bassetto.

Em uma economia digital em constante evolução, o planejamento financeiro assume uma importância ainda maior. As pessoas precisam se adaptar às novas formas de trabalho e criar estratégias financeiras flexíveis para garantir sua segurança financeira no futuro. Uma visão ampla do planejamento financeiro deve abranger objetivos, padrão de vida, gerenciamento de dívidas e planejamento de gastos, proporcionando a base para decisões financeiras sólidas. A educação financeira desempenha um papel fundamental nesse contexto, auxiliando as pessoas a compreender os desafios da economia digital e a navegar com sucesso em meio a eles. ■

SOLUÇÃO E INOVAÇÃO PARA SUA EMPRESA

evoluindo negócios com tecnologia há 20 anos, a MOOVE ajuda a sua empresa a innovar e acelerar os processos, resolver os problemas pela raiz, estabilizar o ERP e potencializar os sistemas e projetos e reduzir custos.

TORNE SUA EMPRESA INTELIGENTE COM NOSSA SOLUÇÃO ERP!

moove
evoluindo negócios com tecnologia



Evoluindo negócios com tecnologia

Entre em contato!

✉ marketing@mooveconsultoria.com.br

☎ (11) 3588.9192 📞 11 94545-2570

ELA VOLTOU!

Contribuição Assistencial

Já se tornou realidade: sindicatos de todo o Brasil estão retomando a cobrança da Contribuição Assistencial, mesmo daqueles trabalhadores que não são filiados aos sindicatos, desde que seja assegurado o direito de oposição. É importante ressaltar que, em alguns casos, os sindicatos estão cobrando uma taxa dos trabalhadores que desejam fazer a oposição a essa contribuição.

Tal reviravolta se deve a uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) datada de 1º de setembro de 2023, que tornou legal a cobrança da Contribuição Assistencial. A decisão do STF ocorreu durante o julgamento de um recurso apresentado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de Material Elétrico, de Veículos Automotores, de Autopeças e de Componentes e partes para Veículos Automotores da Grande Curitiba. O recurso foi acolhido por maioria, resultando na mudança do entendimento do tribunal em relação ao tema.

O advogado Dr. Mourival Boaventura Ribeiro, sócio da Boaventura Ribeiro Advogados, comentou sobre essa decisão histórica: "Essa decisão do STF

marca um ponto de virada significativo para os sindicatos no Brasil. Com o voto do Ministro Barroso, seguido por outros Ministros, formou-se maioria na Corte para considerar válida a cobrança da contribuição assistencial, desde que prevista em acordo ou convenção coletivos e assegurando-se ao empregado o direito de oposição."

Impacto nas empresas e trabalhadores

Essa mudança de cenário não é apenas uma questão legal; tem implicações significativas para empresas e trabalhadores em todo o Brasil. O retorno da Contribuição Assistencial traz uma importante fonte de financiamento para os sindicatos, permitindo que eles tenham uma maior estabilidade financeira para defender os interesses de suas categorias. No entanto, muitos trabalhadores não desejam pagar essa contribuição e agora terão que se opor formalmente a essa cobrança.

Richard Domingos, diretor executivo da Confirp Contabilidade, comenta a situação: "Para os trabalhadores das empresas, essa situação pode não ser tão interessante com a decisão, pois quando não desejam pagar esse valor, terão que se estruturar para negar o pagamento. Muitas vezes as pessoas não se atentam e têm esse desconto sempre. Como já foi definido, fica agora a expectativa de que os sindicatos passem a dar um maior suporte para os trabalhadores."

A falta de regras claras em relação ao tema permite que as entidades façam cobranças de forma despadronizada, causando problemas para os trabalhadores. O debate sobre a forma e limites dessas contribuições e sobre os meios pelos quais o trabalhador poderá manifestar sua oposição deve ser o foco das próximas discussões.

Veja os pontos destacados por Mourival Boaventura sobre o tema:

Impacto da volta da contribuição assistencial

Com a vigência da Lei 13.467/2017, popularmente conhecida como "reforma trabalhista", os sindicatos perderam sua principal fonte de custeio, posto que a contribuição sindical, outrora obrigatória a todos os trabalhadores, que compulsoriamente eram compelidos ao pagamento de um dia de sua remuneração aos sindicatos, passou a ser facultativa, e condicionada à autorização prévia e expressa dos trabalhadores. Como agravante, o Supremo Tribunal Federal naquele mesmo ano de 2017, julgou inconstitucional a cobrança da contribuição assistencial e decidiu que a imposição de pagamento a não associados de qualquer outra contribuição, ainda que prevista por acordo ou convenção coletiva, ou por sentença normativa, fere o princípio da liberdade de associação ao sindicato e viola o sistema de proteção ao salário.

O que se viu, desde então, foi o encerramento das atividades de diversos sindicatos, especialmente representantes dos empregados, pela completa falta de recursos financeiros para dar continuidade às suas atividades.

Com a mudança de governo e o início do terceiro mandato do Presidente Lula como Presidente da República, líderes sindicais passaram a se mobilizar objetivando restabelecer fontes de receitas para custear suas atividades. A volta da contribuição assistencial parecia iminente, e, em setembro de 2023, referido caminho foi abreviado pelo Ministro Barroso.

A fundamentação para essa decisão foi que a Reforma Trabalhista, aprovada após o julgamento do recurso original, promoveu alterações na forma de custeio das atividades dos sindicatos. Com esse novo entendimento, os sindicatos voltarão a ter uma fonte segura de custeio de suas atividades através da contribuição assistencial. Por outro lado, as empresas não poderão mais ignorar os termos das cláusulas que estabelecem o desconto desta contribuição, e os trabalhadores ficarão obrigados ao pagamento, restando-lhes a possibilidade de enfrentar longas filas para manifestar a oposição, nas quais, certamente, passarão por certos constrangimentos.

Cálculo do valor da contribuição assistencial

Ao contrário do extinto imposto sindical, cuja contribuição era estabelecida por lei e equivalia a um dia de salário do trabalhador, a contribuição assistencial normalmente tem seu valor fixado nas assembleias da categoria profissional na qual, com raras e honrosas exceções, os trabalhadores raramente possuem representação efetiva.

As normas coletivas, geralmente, condicionam o recebimento da oposição ao desconto àquela feita presencialmente, de próprio punho, e limitam o prazo para a oposição a alguns dias após a assinatura do acordo ou convenção.

A incerteza sobre a regulamentação e a progressividade da contribuição assistencial é um desafio adicional, já que os sindicatos enfrentam uma lacuna regulatória que permite a cobrança de forma variada e não padronizada.

Caminhos futuros

Coincidência ou não, logo após o STF ter formado maioria para reconhecer a legalidade da contribuição assistencial, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou um projeto de lei (PL) 2.099/2023 que impede os sindicatos de exigirem o pagamento da contribuição sindical sem autorização do empregado.

Esse projeto prevê ainda a obrigatoriedade de publicidade pelos sindicatos ao direito de oposição por todos os meios disponíveis, como páginas na internet, aplicativos de mensagens ou e-mails. Até que seja votado, um longo caminho deverá ser percorrido para estabelecer regras claras em relação a esse tema.

Penso que hoje, o debate deve se dar em relação à forma e aos limites em que essas contribuições serão fixadas pelos sindicatos e em relação aos meios pelos quais o trabalhador poderá manifestar sua oposição. Exigir que essa oposição seja feita presencialmente e mediante preenchimento de carta de próprio punho, na presença de um representante do sindicato, nos parece abusivo e antidemocrático.

Repercussão do tema

Recentemente, ganhou espaço na mídia o caso de um sindicato em Sorocaba que pretendia cobrar o percentual de 12% do salário dos trabalhadores sob a rubrica de contribuição assistencial ou exigir uma taxa de R\$ 150,00 em caso de oposição, o que, convenhamos, é um verdadeiro escárnio e demonstra que alguns "líderes" destas entidades estão mais preocupados em encher seus cofres do que com as condições de trabalho dos integrantes da categoria.

É importante que as empresas acompanhem em tempo real a evolução das negociações envolvendo os acordos coletivos e conheçam os termos das cláusulas que foram estabelecidas, divulgando as mesmas para todos os seus empregados. Sempre que possível, as empresas devem procurar firmar acordos individuais diretamente com o sindicato, acompanhadas de seu advogado. Estar bem informado e preparado é fundamental nesse novo cenário em relação à contribuição assistencial. ■

O PODER DAS COMUNIDADES NO MUNDO DOS NEGÓCIOS

Nos últimos anos, o conceito de comunidade tem ganhado destaque no cenário empresarial, impulsionado pela busca incessante por conhecimento e oportunidades de negócios. Em grande parte, essa tendência foi impulsionada pelas redes sociais, que possibilitaram a união de pessoas com interesses semelhantes.

No LinkedIn, não é raro nos depararmos com posts sobre comunidades em empresas, destacando-as como catalisadoras de inovação e colaboração entre equipes. Contudo, para uma análise aprofundada sobre o impacto dessas comunidades, é crucial voltar um passo e compreender o que exatamente são e por que as empresas estão cada vez mais recorrendo a elas.

Em sua forma mais simples, uma comunidade é um grupo de pessoas unidas por um objetivo em comum. No contexto empresarial, esse objetivo pode variar desde a coleta de feedbacks de clientes para melhorar um produto até a realização de testes com usuários.

MARCO LAGOA
co-fundador
Witec IT Solutions

Como destaca Carol Lagoa, co-fundadora da Witec IT Solutions, "os modelos de comunidades podem variar, desde pessoas do mesmo setor buscando aprimorar conhecimentos e unir forças para objetivos compartilhados, até comunidades de diferentes áreas focadas na criação de oportunidades de negócios".

No entanto, ao analisarmos mais profundamente, percebemos que o conceito de comunidades não é algo novo. O que mudou é a maneira como as novas tecnologias e avanços permitiram que as barreiras entre elas fossem superadas.

Isso possibilitou que pessoas de todos os cantos do mundo se conectassem em busca de objetivos diversos, impulsionando avanços, compartilhando conhecimentos e ampliando as oportunidades de negócios.

Carol Lagoa enfatiza a importância de fazer parte dessas comunidades para quem busca crescimento, destacando que a Witec IT Solutions se engaja em várias delas, como o Grupo Alliance, Confraria do Empreendedor e outras comunidades online. Segundo ela, essas conexões são fundamentais para o destaque da empresa no mercado, ressaltando que "quem não é visto, não é lembrado".

Segundo Vitor Igdal, sócio-diretor de Comunidades do ConfraHub, líder de Comunidade da Confraria do Empreendedor Brasil/Portugal e Presidente da ABRH Bahia é muito importante entender a relevância e o desenvolvimento de comunidades.

VITOR IGDAL
sócio-diretor de Comunidades
ConfraHub



CAROL LAGOA
co-fundadora
Witec IT Solutions

"Recentemente, discutimos maneiras de localizar comunidades alinhadas com nossos objetivos e como tornar parcerias dentro delas mais assertivas. A resposta para isso está na vastidão da internet e nas redes sociais, como Facebook, WhatsApp, LinkedIn, Instagram, TikTok e até mesmo no Google", explica Vitor.

Ele complementa: "Ao pesquisar sobre comunidades relacionadas aos nossos objetivos, podemos identificar aquelas que compartilham nossos valores e princípios. Para garantir parcerias eficazes, a transparência na cultura organizacional é crucial. Deve-se deixar claro o propósito, missão, visão, valores e princípios, estabelecendo expectativas e regras dentro da comunidade".

Além disso, construir rotinas e rituais que respeitem a cultura da comunidade é fundamental para integrar novos membros. Ao entender as necessidades e desafios dos participantes, podemos promover colaborações e conexões com especialistas que oferecem soluções para suas dores.

Ele cita como exemplo a própria comunidade, a Confraria do Empreendedor, que se baseia em três valores centrais: conectar, colaborar e compartilhar, todos sustentados pela confiança. "Conhecemos cada integrante, compreendemos seus objetivos e desafios, e buscamos conectar essas pessoas a especialistas relevantes. Compartilhamos conteúdos inspiradores e práticas bem-sucedidas para ajudar os membros a superarem desafios e alcançarem seus objetivos", explica Vitor.

Segundo o co-fundador da Witec IT Solutions, Marco Lagoa, as comunidades não são apenas fundamentais, mas essenciais para o crescimento dos negócios. “Elas se tornaram uma estratégia vital para atrair, converter, engajar e fidelizar clientes e parceiros. Empresas que colocam as comunidades no centro de sua estratégia têm observado sucesso significativo”.

A relevância das comunidades no mundo dos negócios

O LinkedIn, por exemplo, é um ponto de referência quando se trata de comunidades empresariais, sendo um exemplo de sucesso na criação de "brand lovers", pessoas apaixonadas pela marca que fornecem feedbacks de forma rápida e fácil, aumentando a visibilidade da empresa em relação à experiência do usuário.

A XP Inc. oferece outro exemplo notável. A empresa criou uma comunidade com o objetivo de manter conexões entre colaboradores e promover a educação em tecnologia internamente. Com uma ideia simples, construiu um ecossistema em que mais de três mil pessoas interagem digitalmente diariamente, compartilhando conhecimento.

A conexão entre comunidades e tecnologia

O mundo da tecnologia tem uma história fascinante de comunidades. A internet, como a conhecemos hoje, deve sua existência a indivíduos como Richard Stallman. Na década de 1990, enquanto grandes empresas mantinham seus códigos de software em sigilo, Stallman acreditava que todo software deveria ser acessível e disponível online.



Assim, ele deu início à Comunidade GNU, que se tornou um marco, produzindo software e disponibilizando-o gratuitamente na internet. A partir dessa iniciativa, surgiram outras comunidades de software notáveis, como o Linux, Apache e Debian. Esse movimento democratizou o acesso ao software e incentivou a colaboração global.

Pensando nisso, essas comunidades podem ser potentes quando construídas adequadamente. Através de eventos, workshops e a criação de fóruns de discussão, elas impulsionaram discussões ágeis e a implementação de novos projetos.

As comunidades criaram um ecossistema de colaboração e inovação dinâmico, inclusivo e acessível. Tudo isso foi possível graças a um canal de comunicação claro, uma mente aberta para feedbacks e uma constante vontade de implementar melhorias.



SILVIA COELHO
Fundadora
Elas programam

Comunidades para todos os interesses

Comunidades podem ser focadas em diversos temas, desde ioga até tecnologia, ou até mesmo em tópicos mais descontraídos, como fãs de filmes. Também podem servir como espaços de aprendizado e crescimento no mundo empreendedor, oferecendo cursos e informações sobre negócios.

A característica mais importante das comunidades é que elas devem ser sempre inclusivas e diversas, criadas com o propósito de trazer conhecimento e inovação aos seus membros.

"Elas Programam" leva inclusão para as mulheres

Exemplos de sucesso de comunidades na área tecnológica não faltam. Um exemplo é o Elas Programam, que nasceu em 2017 como um grupo no Facebook, criado por Silvia Coelho com o objetivo de capacitar e apoiar mulheres interessadas em desenvolver habilidades na área de programação e tecnologia em um ambiente inclusivo e acessível, oferecendo mentoria, cursos, eventos e oportunidades de networking.



Extrapolando o Facebook, Elas Programam conseguiu criar uma rede engajada de apoio e incentivo à participação ativa das mulheres no ecossistema tecnológico, conectando mais de 100 mil pessoas em diversos canais digitais.

“O impacto do trabalho da Elas Programam na comunidade de tecnologia é significativo, e, em particular, nas mulheres que desejam seguir carreiras nessa área. Ao promover a inclusão e diversidade de gênero na área de tecnologia. O grupo contribui para reduzir a disparidade de gênero que historicamente tem existido nesse setor. Isso significa que mais mulheres têm a oportunidade de participar ativamente na criação e inovação de soluções tecnológicas”, explica Silvia Coelho.

Alguns dos impactos positivos desse grupo incluem, segundo a especialista:

1. Empoderamento: a Elas Programam capacita mulheres a adquirirem habilidades em tecnologia, o que as torna mais independentes e capazes de enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

2. Diversidade na tecnologia: a organização contribui para aumentar a diversidade de gênero na indústria de tecnologia, um setor historicamente dominado por homens. Isso leva a uma gama mais ampla de perspectivas e ideias na resolução de problemas tecnológicos.

3. Networking e comunidade: a Elas Programam cria uma rede de apoio para mulheres na tecnologia, permitindo que elas compartilhem experiências, aprendam umas com as outras e encontrem mentores que possam orientá-las em suas carreiras.

4. Mudança cultural: a presença de mais mulheres na tecnologia ajuda a promover uma mudança cultural nas empresas, tornando-as mais inclusivas e conscientes da importância da diversidade.

5. Inspiração: o trabalho da Elas Programam inspira outras mulheres a seguir carreiras em tecnologia, à medida que veem exemplos de mulheres bem-sucedidas na área.

Transformando conexões em negócios - Grupo de indicações seguras: uma rede de confiança

As comunidades não se limitam apenas ao mundo digital; elas também podem prosperar no mundo físico. Grupos como o Alliance, a Confraria do Empreendedor e o BNI são exemplos de ações que combinam encontros presenciais com interação online, demonstrando que essa abordagem gera resultados positivos.

O conceito de indicações seguras desempenha um papel crucial na vida das pessoas, sejam elas indivíduos ou empresas. No contexto da prestação

de serviços, encontrar um profissional ou uma empresa confiável pode ser desafiador devido ao anonimato que permeia muitas relações de trabalho.

Hoje, com a profusão de prestadores de serviços e uma ampla oferta de produtos no mercado, a necessidade de indicações seguras é mais evidente do que nunca. Mas será que apenas a indicação basta? Ou é necessário algo mais, como a referência?

Richard Domingos, diretor executivo da Confirp Contabilidade e presidente do Grupo Alliance, ressalta a importância da referência. "A referência ou recomendação é reconhecida como o ato de confiar a alguém a obtenção de informações de terceiros. As empresas inteligentes têm reforçado cada vez mais o seu elo com os seus clientes, parceiros e profissionais, justamente para manter a referência de uma empresa."

Carol Lagoa destaca como fazer parte do Grupo Alliance é uma experiência enriquecedora, garantindo muitas indicações e solidificando a reputação da empresa em seu setor. Ela enfatiza que atualmente é comum que profissionais busquem referências antes de contratar uma empresa ou um profissional, tornando a indicação uma excelente porta de entrada para toda e qualquer negociação.

Cautela na criação e participação em comunidades

Com a proliferação de comunidades em um mundo cada vez mais interconectado, é crucial exercer a devida cautela para evitar experiências desagradáveis. O maior risco é ingressar em

Além disso, em um ambiente digital, existem riscos de se envolver em esquemas de pirâmide, por exemplo.

Em contraste, as comunidades bem-sucedidas estabelecem regras claras e objetivos compartilhados. Buscam promover conhecimento valioso, debates construtivos e oportunidades de negócios que, por sua vez, elevem o padrão de produtos e serviços oferecidos à sociedade, promovendo o crescimento.

Para empresas que desejam ingressar em comunidades desse tipo, é fundamental entender que esses espaços não são apenas para consumir conhecimento, mas também para contribuir. O engajamento ativo faz a diferença, portanto, simplesmente aderir a uma comunidade e esperar resultados não é o caminho, já que o verdadeiro impacto vem da participação ativa.

O mundo dos negócios está se transformando rapidamente à medida que as comunidades desempenham um papel cada vez mais significativo. Elas se tornaram uma força motriz na inovação, na colaboração e no crescimento. Como Marco Lagoa conclui, "o engajamento faz a diferença". Ou seja, participar ativamente de comunidades pode ser a chave para o sucesso dos negócios. ■



LEI DA INFORMÁTICA: A INOVAÇÃO É SIMPLIFICADA COM AUDITORIA

Em um mundo cada vez mais dependente da tecnologia, o desenvolvimento tecnológico tornou-se um objetivo crucial para muitas nações, incluindo o Brasil. Este avanço é alcançado por meio da promoção de competência e capacitação técnica em empresas nacionais dedicadas à produção de bens de informática, automação e telecomunicações. Apesar disso, muitas empresas desconhecem ou subutilizam os incentivos fiscais disponíveis para impulsionar essas atividades, um dos quais é a Lei da Informática.

Os incentivos fiscais são ferramentas que o governo utiliza para estimular as empresas brasileiras com produção nacional. Eles permitem que uma parte significativa da carga tributária seja redirecionada para investimentos no desenvolvimento dos negócios, conforme explica Sidirley Fabiani, diretor da Gestiona, empresa especializada em Incentivos Fiscais.

Compreendendo a Lei da Informática e seus benefícios

A Lei de Informática oferece incentivos fiscais a empresas do setor de tecnologia, especialmente aquelas envolvidas em hardware e automação, desde que demonstrem um compromisso com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Esses incentivos fiscais concentram-se principalmente no ICMS e incluem créditos financeiros proporcionais aos investimentos em P&D realizados antecipadamente. Esses créditos podem ser utilizados para quitar tributos federais (IPI, II, PIS, COFINS, CSLL e Imposto de Renda) ou para obter reembolsos em dinheiro. Além disso, empresas que aderem à Lei da Informática desfrutam de vantagens como:

- Redução do ICMS na saída de produtos incentivados em alguns estados;
- Suspensão do ICMS na importação e na compra de insumos em alguns estados;

JOSÉ AUGUSTO BARBOSA
Sócio
Audcorp

- Preferência na aquisição de produtos de informática, automação e telecomunicações desenvolvidos no país e em conformidade com o Processo Produtivo Básico (PPB) por órgãos da administração pública federal;
- Crédito financeiro com base no valor dos investimentos trimestrais em P&D e no faturamento de produtos do PPB, variando de 1,39% a 13,65%, dependendo da região.

Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

Contudo, para aderir a essa lei, cuidados devem ser tomados. As empresas devem investir anualmente 5% do faturamento anual dos produtos incentivados em P&D. Lembrando que todas as empresas de hardware e automação podem aproveitar os benefícios da Lei da Informática, desde que cumpram os seguintes requisitos:

Invistam em Pesquisa e Desenvolvimento;

- Possuam certificação NBR ISO 9001;
- Tenham um programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR);
- Comproven regularidade fiscal;
- Cumpram o Processo Produtivo Básico (PPB) dos produtos incentivados;
- Produzam itens da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) listados na Lei;
- Estejam sob regime de apuração no lucro real ou lucro presumido (exigindo a apresentação de escrituração contábil, conforme a legislação comercial).

“Os produtos elegíveis estão relacionados a hardware e componentes eletrônicos e devem constar na lista da NCM. Essa lista abrange uma ampla variedade de itens, incluindo injeção eletrônica, caixa registradora eletrônica, antenas, conectores para circuito impresso, robôs industriais e outros”, explica Sidirley Fabiani.

Requisitos para Alíquotas Reduzidas

Para garantir alíquotas reduzidas, as empresas devem atender aos requisitos específicos de produção para cada produto, detalhados em portarias conhecidas como Processo Produtivo Básico (PPB). Isso envolve caracterizar as operações a serem realizadas no estabelecimento industrial e efetivar a industrialização local.

Os investimentos em P&D devem ser aplicados sobre a receita bruta proveniente da comercialização de produtos que cumpram

o PPB. Além disso, os créditos fiscais podem ser calculados de duas maneiras diferentes: pelo método direto, com base nos gastos com P&D, ou pelo método da fórmula, levando em consideração vários parâmetros, como investimento em P&D, pontuação no PPB e valores de investimento adicionais em P&D.

Os gastos com a aquisição, implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura física e laboratórios de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) também podem ser considerados despesas elegíveis para cumprir as obrigações de P&D.

Além disso, empresas que fornecem matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem para as indústrias credenciadas na Lei de Informática podem obter redução no PIS.

A importância da auditoria

Dada a complexidade dos incentivos fiscais, a auditoria é essencial para garantir que as empresas cumpram os requisitos e evitem erros

substanciais. Ela é particularmente importante devido à variedade de regulamentos que as empresas devem obedecer para participar do Programa da Lei da Informática. Isso inclui a verificação da veracidade das informações nos relatórios das empresas beneficiárias, bem como a emissão de pareceres em conformidade com as normas de auditoria independente. A auditoria também contribui para o aprimoramento dos controles internos da empresa.

De acordo com José Augusto Barbosa, sócio da Audcorp, empresa especializada em auditoria, a qualidade dos projetos e relatórios enviados ao governo é fundamental para uma rápida utilização dos créditos fiscais e para a aprovação pelos órgãos de controle.

“A auditoria independente da Lei de Informática deve assegurar que os recursos financeiros sejam alocados adequadamente para pesquisa, desenvolvimento e inovação. Os relatórios consolidados e os pareceres conclusivos são obrigatórios e devem ser

apresentados anualmente por empresas com faturamento incentivado anual igual ou superior a 10 milhões de reais. Esses relatórios são encaminhados ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)”, explica José Augusto Barbosa.

Em resumo, a Lei da Informática representa uma ferramenta essencial para impulsionar a inovação e o desenvolvimento tecnológico no Brasil. No entanto, a complexidade dos requisitos exige o apoio de empresas especializadas em auditoria e consultoria para garantir que as empresas possam aproveitar todos os benefícios fiscais disponíveis e evitar riscos significativos.

Barbosa destaca ainda a importância da auditoria independente, que não apenas fornece uma base legal para o uso dos recursos financeiros, mas também garante que as obrigações para o benefício sejam devidamente cumpridas e contribui para o aprimoramento dos controles internos da empresa. ■

A REVOLUÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS DESAFIOS LEGAIS

Há séculos, o medo tem sido um fator que nos faz resistir à evolução e às mudanças que podem trazer benefícios à sociedade. Essa resistência à inovação tem uma longa história, desde as Grandes Navegações até a Revolução Industrial e além. Hoje, estamos testemunhando mais um desses momentos de transformação, com a Revolução Tecnológica, especialmente o avanço da Inteligência Artificial (IA).

"Esse tema traz grandes debates, que vão desde questões éticas, até jurídicas, como o direito autoral de quem produz esses materiais. É da natureza humana espalhar o medo ou usar o terror em benefício próprio. Mas será que isso é justificável?" - questiona Paulo Ucelli, jornalista e sócio da Ponto Inicial Comunicação.

O cenário da IA, muitas vezes considerado complexo, precisa ser compreendido de maneira simplificada. A Inteligência Artificial é, em termos gerais, a capacidade de uma máquina reproduzir habilidades semelhantes às humanas, como raciocínio, aprendizado, planejamento e criatividade.

No entanto, o neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis observa que o termo "Inteligência Artificial" é, na verdade, um rótulo de marketing criado nos anos 1950 para convencer o Pentágono dos Estados Unidos de que máquinas inteligentes seriam necessárias no futuro. De acordo com Nicolelis, a IA se baseia na aplicação de métodos estatísticos para extrair correlações e estimativas de dados passados, sem criar nada de novo.



PAULO UCELLI
Sócio
Ponto Inicial Comunicação

O verdadeiro desafio da IA, segundo Paulo Ucelli, reside na substituição de ações de inteligência operacional, não na criação de novos conceitos e ideias. O questionamento sobre a autoria de materiais produzidos pela IA é central nesse cenário. Se a máquina reescreve um texto jornalístico com base em conteúdo existente ou em diretrizes fornecidas por um humano, quem detém a autoria? A própria máquina, quem definiu as diretrizes, autores anteriores ou os desenvolvedores da ferramenta?

Essas questões se relacionam diretamente à responsabilidade legal. Um exemplo marcante é o caso de um carro autônomo da Uber que atropelou e matou um pedestre em março de 2019, no Arizona, levantando preocupações sobre como atribuir a responsabilidade em situações de decisões autônomas.

Visão jurídica do tema

Para abordar a complexa questão dos direitos autorais, a revista Gestão in Foco consultou a especialista em direito autoral Rosa Sborgia, sócia da Bicudo & Sborgia Marcas e Patentes. Ela explica que a ascensão da Inteligência Artificial (IA) levanta questões complexas.

Ela conta que em casos de textos, por exemplo, não é considerado plágio quando se utiliza a Inteligência Artificial para a elaboração de um texto com base em outros, desde que sejam seguidas as regras vigentes de direito autoral. Assim, ao fazer uma nova versão de um texto já existente, não se estará correndo risco desde que não ocorram cópias.

Mas, muito além disso, a IA tem desempenhado um papel significativo em várias áreas empresariais, incluindo a indústria, e muitas inovações são atribuídas exclusivamente à IA, sem intervenção humana.



ROSA SBORGIA
Sócia
Bicudo & Sborgia Marcas e Patentes

“A legislação brasileira da propriedade intelectual, especialmente a Lei 9.279/96, vincula a invenção a pessoas físicas que efetivamente atuaram na criação da inovação por meio de ação humana. Criações artísticas ou industriais, sem a criação humana, não tem sido aceita por diferentes países, como passíveis de proteções no regime da propriedade intelectual. Tenha-se como referência, a famosa disputa entre o fotógrafo David Slater e a organização de proteção animal PETA em relação a uma foto tirada por um macaco, Naruto, por meio de uma câmera”, explica Rosa Sborgia.

Ela complementa que, infelizmente, a legislação brasileira vigente não está preparada para regulamentar as criações geradas pela IA. A Lei da Propriedade Industrial brasileira foi promulgada em 1996, antes da explosão da IA. A Lei de Direitos Autorais e a Lei que regula a proteção de software também datam de 1998. O Acordo sobre os Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo Trips) é de 1995.

“O Brasil carece de legislação recente que aborde a legitimidade de a IA ser considerada uma inventora, ao lado de seres humanos. Assim, é inevitável que o marco legal necessite amadurecer. É fundamental que diferentes Estados se envolvam na redação de leis que abordem a proteção da propriedade intelectual no contexto da IA, especificamente na propriedade industrial”, conta a especialista.

A Procuradoria do Instituto Nacional da Propriedade Industrial chegou à conclusão de que, no Brasil, a IA não pode ser nomeada como inventora de uma patente, respaldada pela legislação, na Convenção da União de Paris e no Acordo Trips. Embora haja projetos de lei em tramitação no Congresso, eles ainda não enfatizam a nomeação da IA como inventora.

Portanto, no Brasil, o entendimento atual é que o inventor é uma pessoa física - um ser humano que desempenhou um papel no desenvolvimento do objeto inovador. Pedidos de patentes que identificam a IA como inventora são rejeitados, aguardando uma evolução na legislação para abordar essa questão em constante crescimento. ■

COBRANÇA EFICAZ:

A ARTE DE RECUPERAR DÍVIDAS COM SUCESSO

Em um cenário de crescente inadimplência, as empresas precisam dominar a arte da cobrança eficaz para manter suas finanças saudáveis. As estatísticas são assustadoras, mostrando que existe um grande risco nos negócios para as empresas. Contudo, o tema é muito complexo e deve ser tratado com cuidado.

Diante dessa preocupação são necessárias medidas por parte das empresas. Lembrando que o cenário é positivo para cobranças, com queda nas taxas de juros e programas governamentais de apoio às cobranças.

A grande questão em relação a esse tema para as empresas é: como cobrar quem não pagou? Dr. Afonso Moraes, sócio da Moraes Advogados e especialista em direito e cobrança, explica que é preciso ter controle interno do seu passivo e ter uma assessoria externa especializada em negociar de forma amigável. Iniciando este processo após no máximo quinze do vencimento do débito.

A empresa pode auxiliar os clientes nessa cobrança não esperando anos para iniciar uma negociação com os inadimplentes e sendo flexível nos acordos com os inadimplentes em situações difíceis. "Assim, além de ter um retorno melhor nas cobranças, manterá os clientes para novos negócios", detalha o especialista.

Dr. Afonso Moraes compartilha estratégias e práticas recomendadas que as empresas podem adotar para aprimorar sua capacidade de recuperar dívidas de forma eficaz. Veja as Estratégias-Chave para uma cobrança eficiente:

1. Tecnologia e Automação: uma abordagem moderna envolve a adoção de tecnologias de gerenciamento de dívidas e automação de cobranças. Essas ferramentas auxiliam as empresas no rastreamento e gerenciamento eficaz de dívidas, ao mesmo tempo em que oferecem uma comunicação transparente e constante com os devedores;
2. Segmentação de Devedores: nem todos os devedores são iguais. Segmentar os devedores com base em seu histórico de pagamento e probabilidade de pagamento futuro é uma estratégia essencial. Isso permite que as empresas adaptem suas abordagens de cobrança de acordo com cada grupo;
3. Estrutura de Cobrança Profissional: uma equipe de cobrança bem treinada e bem gerenciada desempenha um papel fundamental na recuperação de dívidas. Essa equipe deve garantir que a abordagem seja eficaz e, ao mesmo tempo, mantenha a integridade da marca. Muitas vezes na dificuldade de ter essa estrutura o caminho pode ser terceirizar.

4. Assessoria Jurídica: em situações complexas, a orientação jurídica é vital. Advogados especializados em cobrança podem fornecer orientação e representação, assegurando que as práticas de cobrança estejam em conformidade com a legislação;

5. Organização e Cronograma: mantenha um sistema organizado e crie um cronograma de cobranças detalhado, sabendo quando venceu, quanto deve ser cobrado, qual o valor da multa, dos juros, e lembre-se de vincular a cobrança com a nota fiscal da venda ou serviço prestado;

6. Comunicação Imediata: após o vencimento, entre em contato com o cliente imediatamente. Peça ajuda para localizar o pagamento, pois pode haver confusões no banco. Solicite, gentilmente, que enviem o comprovante de pagamento;

7. Acompanhamento Pós-Vencimento: após três dias do vencimento, contate o cliente novamente e explique a necessidade de receber o pagamento. Envie e-mails para reforçar a comunicação e peça uma data de pagamento concreta;

8. Evite a Procrastinação: não espere anos para iniciar a negociação com inadimplentes. Aja com rapidez e flexibilidade para manter os clientes para futuros negócios.

Vantagens de uma cobrança eficaz

Melhorar a eficiência na recuperação de dívidas traz uma série de benefícios para as empresas. Protege as finanças, aprimora o fluxo de caixa e reduz o risco de inadimplência, garantindo a sustentabilidade financeira.

Lidar com a inadimplência sem prejudicar os relacionamentos com os clientes é um desafio. Moraes sugere que uma comunicação clara e respeitosa é fundamental. Flexibilidade na negociação de termos de pagamento, sempre que apropriado, ajuda a preservar esses relacionamentos.

Uma cobrança eficaz não se trata apenas de recuperar dívidas, mas também de manter a confiança do cliente e uma reputação sólida no mercado. A transparência nos honorários e a resolução rápida dos casos são aspectos que contribuem para relacionamentos duradouros e uma imagem positiva. A inadimplência pode ser desafiadora, mas com as estratégias certas, as empresas podem superá-la e manter suas finanças saudáveis.■

COMO SABER SE MINHA EMPRESA É UM BOM ATIVO PARA OPERAÇÕES DE M&A?

A crescente dinâmica do mercado empresarial brasileiro tem impulsionado empresas a explorarem estratégias que visam a expansão, otimização e consolidação de seus negócios. Nesse contexto, as operações de M&A (Fusões e Aquisições) emergem como uma ferramenta fundamental para as empresas que buscam alinhar seus objetivos estratégicos com as oportunidades de crescimento disponíveis no mercado.

No entanto, o sucesso de uma operação de M&A está intrinsecamente ligado ao momento em que ela é iniciada. A escolha do timing adequado é essencial, pois influenciará diretamente os resultados e os impactos dessa estratégia. Destacamos aqui alguns pontos importantes para que vendedores tenham sucesso na venda de suas empresas, principalmente, para empresas no “middle market”.

EDVALDO MARTINS
Especialista em M&A
Share Capital



“São muitas as etapas necessárias para preparar uma empresa para venda ou fusão, incluindo aspectos financeiros, legais e estratégicos. Existem muitos casos de empresários que alcançaram sucesso nessa empreitada. Contudo é relevante destacar a importância de uma visão de longo prazo e de estratégias bem planejadas para empresas que desejam se destacar no mercado e atrair investimentos”, avalia Edvaldo Martins, especialista em M&A da Share Capital.

É preciso analisar a fundo o cenário econômico e as oportunidades que existem. O perfil das operações de fusões e aquisições (M&A) no Brasil está passando por mudanças nos últimos meses. Segundo levantamento de transações divulgadas, realizado pela Transaction Track Records (TTR), o Brasil registrou o volume de 1.425 transações de janeiro a setembro de 2023, uma queda de 27,52% em relação ao mesmo período de 2022 e um total de 32 bilhões de dólares transacionados, 33,44% menor que o mesmo período no ano passado.

A retração no volume de operações e de valor se dá muito pela alta dos juros no Brasil e nos EUA, fazendo investidores financeiros e estratégicos buscarem fazer operações de M&A com empresas com mais qualidade, que tenham foco em geração de caixa.

Motivações para uma Operação de M&A

Segundo Edvaldo Martins, as operações de Fusões e Aquisições (M&A) não são apenas oportunidades de crescimento para compradores, mas também para vendedores que buscam sair de um negócio de maneira estratégica e realizar o desinvestimento. Assim, ele explica que é importante explorar algumas das motivações do lado do vendedor:

- **Falta de Sucessão Familiar:** uma das motivações mais comuns para os vendedores é a falta de sucessão familiar. Muitas empresas familiares enfrentam o desafio de não ter um membro da família disposto ou qualificado para assumir o negócio. Nesses casos, uma operação de M&A pode oferecer uma saída estruturada e benéfica para o fundador ou proprietário, permitindo-lhes realizar o investimento feito ao longo dos anos.
- **Desafios de Econômicos:** a forte pressão econômica em determinados setores também é um dos motivadores de operações de M&A, uma combinação de empresas de um mesmo setor pode trazer sinergias operacionais e financeiras, melhorando significativamente o resultado.
- **Falta de Recursos Financeiros ou Acesso à Financiamento para Crescimento:** em alguns casos, o crescimento da empresa pode exigir investimentos substanciais que o empresário não está disposto ou não tem capacidade financeira para fornecer. Vender a empresa a um investidor ou empresa maior pode fornecer os recursos necessários para o crescimento.

Etapas em uma Operação de M&A

Para os vendedores, a jornada de M&A envolve várias etapas importantes:

- **Estratégia e Planejamento:** o primeiro passo é definir uma estratégia clara de saída. Isso inclui identificar os objetivos financeiros e estratégicos da operação de M&A.
- **Due Diligence:** assim como os compradores, os vendedores também devem se preparar para uma due diligence rigorosa. Isso envolve organizar e disponibilizar informações sobre a empresa de maneira precisa e eficiente. A realização de um Vendor Due Diligence pode trazer benefícios significativos, agregar valor e potencializar as chances de sucesso em uma operação de M&A.
- **Negociação:** nesta fase, o vendedor negocia os termos da transação, incluindo o preço de venda, a estrutura da transação e os acordos contratuais.
- **Documentação:** os documentos legais, contratos e acordos devem ser preparados para formalizar a transação.
- **Implementação e Transição:** após o fechamento, o vendedor deve apoiar a transição bem-sucedida para o novo proprietário, garantindo uma transferência eficiente de operações e conhecimento.

Uma operação de M&A pode levar meses, até anos, portanto, o vendedor deve dar atenção ao processo, mas não pode se dedicar exclusivamente e deixar de lado o dia a dia da empresa.

Elaborando uma boa estratégia de M&A para o vendedor

Para os vendedores, é essencial elaborar uma estratégia sólida quando for ao mercado. Definindo objetivos claros. “Os vendedores devem ter uma compreensão clara do que desejam alcançar com a venda, seja a realização de um determinado valor financeiro, a continuidade do legado da empresa ou a proteção da relação criada com seus parceiros de negócios e funcionários”, explica Edvaldo Martins.

Além disso, ele complementa que existem outros passos como a avaliação de riscos, identificando e mitigando riscos potenciais que possam afetar o valor da empresa ou a conclusão da transação.

“Também é necessária uma preparação financeira, garantindo que as finanças da empresa estejam em ordem e que qualquer dívida ou passivo significativo seja gerenciado antes da venda”, detalha o especialista.

Um caminho para as empresas que querem iniciar esse processo é contar com um assessor experiente em operações de M&A. Eles podem:

- Avaliar o valor justo do negócio e negociar em nome do vendedor;
- Identificar compradores adequados e manter a confidencialidade da operação;
- Orientar o vendedor através das complexidades legais e financeiras;
- Assegurar que o processo de due diligence seja eficiente e preciso;
- Auxiliar na transição para o novo proprietário, garantindo um processo tranquilo para todas as partes envolvidas.

Assim, para vendedores, as operações de M&A representam uma oportunidade estratégica de realizar investimentos, superar desafios de sucessão familiar e alcançar objetivos financeiros.

No entanto, independentemente das motivações, é crucial que os vendedores adotem uma abordagem cuidadosa e se beneficiem do apoio de assessores experientes para maximizar os benefícios dessa jornada de transição empresarial.

O mercado de M&A no Brasil está em constante evolução, e as oportunidades são numerosas para aqueles que buscam vender seus negócios de maneira estratégica e visando sua realização como empresários. Portanto, para aqueles que vislumbram vender seus negócios, agora é um momento empolgante para dar o primeiro passo nessa jornada. ■

A IMPORTÂNCIA DA ADEQUAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS À LGPD - PROTEGENDO DADOS E PRIVACIDADE

Em um mundo cada vez mais digital e interconectado, a proteção de dados pessoais se tornou uma preocupação essencial. Isso se aplica não apenas a empresas e instituições, mas também aos condomínios residenciais. Condomínios lidam diariamente com informações sensíveis de moradores, visitantes e prestadores de serviços, e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece a importância de proteger esses dados.

Assim, é fundamental entender e debater porque os condomínios devem se adequar à LGPD e como isso pode beneficiar todos os envolvidos. Pode parecer que o tema está distante de nossa realidade, mas erros podem ocasionar sérios problemas que implicariam até mesmo em pesadas multas.

Essa nova lei, em vigor desde setembro de 2020, requer que organizações, incluindo condomínios, protejam as informações pessoais que coletam, processam e armazenam. “Os condomínios, como agentes de tratamento de dados pessoais, devem adotar medidas de segurança para evitar o acesso não autorizado, vazamento e uso inadequado dessas informações”, explica Humberto Watanabe, especialista em gestão de condomínios e CEO da Ghaw Terceirização de Serviços.

Riscos Associados à falta de proteção de dados nos condomínios

Humberto lembra que além da LGPD, a falta de protocolos adequados de segurança de dados pode resultar em diversos riscos, como o acesso indevido a dados pessoais, perda de informações, armazenamento inseguro e vazamento de dados. Além disso, incidentes de destruição, alteração, comunicação ou tratamento inadequado de dados podem ocorrer. Tais incidentes podem acarretar penalidades e prejuízos significativos às finanças do condomínio.

Importante ter em mente que, além das infrações e penalidades previstas na LGPD, os titulares dos dados pessoais também têm o direito de ingressar com ações individuais para buscar indenizações por danos morais em caso de violações de dados. Condomínios que negligenciam a proteção de dados podem enfrentar sérias consequências legais e financeiras.

“O treinamento adequado dos funcionários é fundamental para garantir que todos estejam alinhados com as exigências da LGPD. Sem ele, os condomínios correm o risco de cometer erros e violar as normas da lei. Além disso, o treinamento ajuda a conscientizar os colaboradores sobre a importância da proteção dos dados pessoais e da privacidade dos titulares dos dados”, alerta Humberto Watanabe.

Medidas práticas para proteger dados nos condomínios

Veja algumas medidas detalhadas pelo CEO da Ghaw que pode melhorar a gestão de dados dos condomínios:

- Criação e Implementação de Políticas Internas: os condomínios devem estabelecer políticas de segurança da informação e privacidade, incluindo a definição de processos de controle de acesso de visitantes e prestadores de serviços na portaria. Isso envolve coletar apenas os dados necessários, definir bases legais para a coleta e estabelecer práticas seguras de armazenamento e descarte.
- Treinamento de Colaboradores: os funcionários devem receber treinamento em LGPD para entender como lidar com dados pessoais e explicar aos visitantes o motivo da coleta de dados.
- Adequação de Contratos: condomínios devem atualizar contratos com empresas terceirizadas para garantir que estão em conformidade com a LGPD, incluindo cláusulas contratuais sobre o cumprimento da lei.



Assim, a LGPD representa uma mudança significativa na proteção de dados pessoais no Brasil, aplicando-se não apenas a empresas, mas também a condomínios residenciais. A falta de proteção de dados pode resultar em sérias consequências legais e financeiras.

Portanto, os condomínios devem adotar medidas de segurança, treinamento e políticas internas para proteger os dados pessoais de seus moradores, visitantes e prestadores de serviços. Ao fazer isso, não apenas estão cumprindo a lei, mas também estão promovendo a privacidade e a segurança de todos os envolvidos.

É crucial que os síndicos e administradores compreendam a importância dessa adequação e a apliquem de maneira correta, adaptando-a ao porte e às necessidades específicas de cada condomínio. A proteção de dados e a privacidade são direitos fundamentais que devem ser respeitados em todos os aspectos da vida moderna, inclusive nos condomínios. ■



BARROSO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Um **brinde** ao nosso aniversário!

13 ANOS

A Barroso Advogados comemora **13 anos de excelência jurídica!**

Celebramos mais um ano de nossa dedicação diária ao Direito Empresarial, Tributário, Cível, Trabalhista e Penal Empresarial.

Agradecemos a todos pela confiança em nossos profissionais.

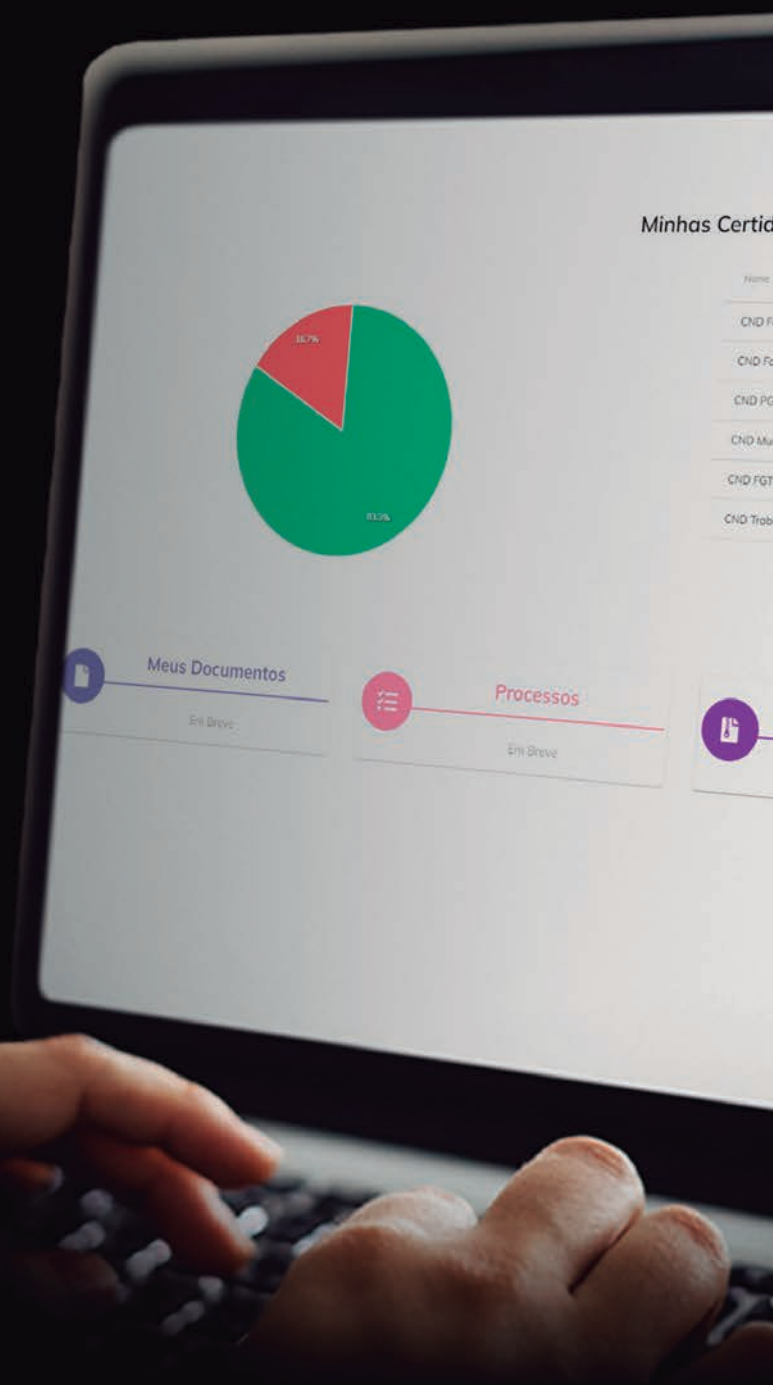
Societário Digital Confirp

Tenha sua certidões negativas em apenas um clique!

Com o nosso novo dashboard gráfico e intuitivo, você tem acesso rápido e fácil a todas as informações que precisa:

- Certidões Federais
- Certidões Estaduais
- Certidões Municipais
- Certidão Trabalhista
- Fundo de Garantia

Conheça essa e outras soluções que a Confirp oferece aos seus clientes.



 (11) 5078-3000
 www.confirp.com
 [/canalconfirp](https://www.youtube.com/canalconfirp)

 [/confirp-contabilidade](https://www.linkedin.com/company/confirp-contabilidade)
 [/confirp.contabilidade](https://www.facebook.com/confirp.contabilidade)
 [/confirpcontabilidade](https://www.instagram.com/confirpcontabilidade)

Escaneie o QR Code para saber mais e viva essa nova experiência!

